



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

[Kamila Pagel de Oliveira](#)
[Gabriel Maggi Vieira](#)
[Luana de Castro Lopes](#)
[Mariana Marcatto do Carmo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

[Izabelle Maria Santos Cária](#)
[Marconi Martins de Laia](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[Sidiane dos Santos Alvaristo](#)
[Tiago Luiz Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

[Luciene de Souza Borges](#)
[Ricardo Neves Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

[Ingrid Gomes Bassi](#)
[Mateus Paixão Cardoso](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

[Joelmara Furtado dos Santos Pereira](#)
[Evandro Costa Pereira](#)
[Janaína Arruda Aragão](#)
[Samara Letícia Mendonça Pereira](#)
[Franco Celso da Silva Gomes](#)
[Luzinete Pontes Brandão](#)
[Loysianne Nascimento Araújo Lopes](#)
[Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes](#)
[Rafaela Duailibe Soares](#)

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14 | 160 |
| DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR | |
| Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090314 | |
| CAPÍTULO 15 | 172 |
| LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010 | |
| Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090315 | |
| CAPÍTULO 16 | 181 |
| LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD | |
| Gustavo Andrés Cano Cadavid | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090316 | |
| CAPÍTULO 17 | 194 |
| SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO | |
| Tarcísio Germano de Lemos Filho | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090317 | |
| CAPÍTULO 18 | 215 |
| LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO | |
| Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090318 | |
| CAPÍTULO 19 | 228 |
| GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA | |
| Fernando Arcila Castellanos | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090319 | |
| CAPÍTULO 20 | 239 |
| ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO | |

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

Data de aceite: 20/02/2020

Luciene de Souza Borges

Graduada em Administração de Empresas na UniRV (2006) e Ciências Contábeis na UniRV (2017) e acadêmica do Curso de Especialização em Controladoria e Gestão de Tributos na UniRV (2019), <http://lattes.cnpq.br/0463540135220577>.

Ricardo Neves Borges

Diretor da faculdade de Ciências Contábeis, Rio Verde – Go, <http://lattes.cnpq.br/1623320345526372>

Parte do trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Ciências Contábeis, UniRV

RESUMO: A Contabilidade Pública iniciou no Brasil com a chegada da família real onde criou o conselho da Fazenda para orientar a administração real na arrecadação dos tributos e nos gastos públicos. Ao longo dos anos com a globalização a contabilidade pública passou pelo processo de conversão das normas internacionais voltadas ao setor público e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que muito agregou ao setor público tornando suas demonstrações harmonizadas e padronizadas, trazendo fidedignidade e confiabilidade as entidades públicas. A presente pesquisa tem como objetivo geral realizar estudo bibliométrico dos artigos publicados no Congresso Brasileiro

de Custo na área de custo no setor público nos anos de 2011 a 2015. Esta pesquisa classifica como exploratória, sendo realizada sobre o método dedutivo, o procedimento é bibliográfico e análise de conteúdo, coleta de dados indireta, a investigação da pesquisa é quantitativa, a população e amostra da pesquisa são 143 artigos, essa seleção é intencional e não probabilística. Assim os principais dados da pesquisa foram autores mais referenciados Gil com 45 citações, o site mais acessado é o www.planalto.gov.br com 162 acessos e a área de maior publicação dos artigos foi a temática de custo no setor público com 32 artigos.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliometria. Contabilidade Pública. Custo no setor público.

COST IN THE PUBLIC SECTOR: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF THE ARTICLES PUBLISHED AT THE BRAZILIAN COST CONGRESS 2011 TO 2015

ABSTRACT: The public accounting began in Brazil with the arrival of the royal family, which created the Farm Board to guide the actual administration in the collection of taxes and public spending. Over the years with the globalization, public accounting went through

the conversion process of international standards aimed at the public sector and the creation of the Fiscal Responsibility Law, which greatly added to the public sector making its harmonized and standardized statements, bringing reliability and reliability entities public. This research has the general objective conduct bibliometric study of the articles published on the Brazilian Cost Congress in the cost area in the Public Sector in the years 2011 to 2015. This research classified as exploratory, being held on the deductive method, the procedure is bibliographic and content analysis, collection of indirect data, survey research is a quantitative, population and survey sample are 143 articles, this selection and intentional and not probabilistic. Thus, the main data of the research were most referenced authors Gil with 45 citations, the most visited site is the www.planalto.gov.br with 162 hits and the area of greatest publication of articles was the cost issue in the public sector with 32 articles.

KEYWORDS: Bibliometric. Public Accounting. Cost in the public sector.

1 | INTRODUÇÃO

A contabilidade pública no Brasil iniciou com a vinda da família real para o Brasil, onde criou o Conselho da Fazenda, o qual orientava a administração real na arrecadação e no controle dos gastos públicos, nesse período, a contabilidade servia somente para controlar e fazer a distribuição e arrecadação de tributos. Com o passar dos anos, a contabilidade pública evoluiu e deixou de ser meramente uma ferramenta de recolhimento e controle de estoque e despesas, e chegou aos dias atuais como peça fundamental na tomada de decisão (ARAÚJO; ARRUDA, 2009). Assim, define-se contabilidade pública como um ramo da ciência contábil voltada para o registro, controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda, que afetam o patrimônio da União, Estado e dos Municípios e suas variações (ARAÚJO; ARRUDA, 2009).

Outro aspecto importante, em se tratando da contabilidade pública, foi a convergência das normas internacionais voltadas ao setor público, onde começou a exigir uma harmonização nas demonstrações contábeis e, conseqüentemente, uma informação mais fidedigna, compreensiva e tempestiva aos usuários do setor público, desse modo, essa conversão as normas internacionais é um resultado irreversível na economia mundial atual, devido à globalização e internacionalização dos mercados, juntamente com os avanços tecnológicos, apresentar uma padronização nas demonstrações contábeis é fundamental para o entendimento dos usuários desta informação. Essa harmonização e padronização é benéfica, pois, favorece o trabalho dos contadores e auxilia na redução de custos, entre outros benefícios (FÉLIX, 2013).

Assim, como a conversão das normas internacionais veio para melhorar o

setor público, o surgimento da Lei Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma aliada indispensável para o gerenciamento do setor público e administração pública, a mesma surgiu com o intuito de limitar o endividamento dos municípios, visto que, com o aumento da população os recursos tornam-se escassos e saber gerenciar os mesmos é imprescindível, portando a LRF/2000 definem os princípios básicos de responsabilidade, tornando uma ferramenta na gestão do setor público (COSTA; COSTA, 2014).

Neste contexto, após as convergências internacionais e a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), houve uma nova forma de ver a contabilidade pública, onde os gestores públicos passaram a ter necessidade de conhecer os custos em suas entidades a fim de tomarem as melhores decisões.

Nesse prisma, passa-se também a verificar necessidade de incluir um sistema de custo para gerir seus gastos. Portanto, além do estudo do patrimônio, a contabilidade preocupa em estudar o custo no setor público, dessa forma, possibilita a mensuração e planejamento dos custos da área pública com o intuito de minimizá-los (SLOMSKI, 2013).

Segundo Brasil (2008), custo na área pública veio para avaliar os programas financiados com orçamentos e recursos públicos, sendo uma ferramenta de gestão utilizada para medição da eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações das entidades públicas, ou seja, o custo na área pública torna-se essencial para redução e mensuração dos gastos e reportá-los aos serviços públicos.

De acordo com Slomski (2013), o custo dá suporte à evidenciação do resultado econômico produzindo e mostra a receita auferida e os custos de sua produção por meio da Demonstração do Resultado econômico.

Desta forma, utilizou o estudo bibliométrico no Congresso Brasileiro de Custo para verificação da importância do tema e como o mesmo está sendo difundido entre os acadêmicos e a classe contábil. Portanto, a bibliometria nos permite através de mapeamentos e medidas estatísticas conhecer os trabalhos e a visão dos docentes em relação ao custo público, através dos artigos publicados.

Este trabalho permitiu verificar quantos são os autores e coautores, *sites*, áreas, e periódicos mais citados nos artigos publicados no Congresso brasileiro de Custo sobre Custo no Setor público nos anos de 2011 à 2015.

Teve como objetivo geral realizar estudo bibliométrico dos artigos publicados no Congresso Brasileiro de Custo na área de custo no setor público nos anos de 2011 a 2015. E específicos estabelecer variáveis do estudo bibliométrico; elaborar a análise bibliométrica dos artigos científicos publicados no CBC sobre custo no setor público entre 2011 a 2015.

2 | CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Pública no Brasil iniciou-se com a chegada da Família Real em 1808, que buscava refúgio devido ao Bloqueio Continental atribuído por Napoleão; D. João VI, em 28 de junho de 1808, em alvará a Dom Fernando José de Portugal, Ministro de Negócios e da Fazenda do Brasil, criou o Erário Régio e instituiu o Conselho da Fazenda que orientava a família real e assim surgiram as normas reguladoras da escrituração da contabilidade (ARAÚJO; ARRUDA, 2009).

No ano da Proclamação da República em 1889, houve a necessidade de maior controle no setor público. Destarte, em 1922, ocorreu à aprovação do Código de Contabilidade da União, e em 1940 por meio de um Decreto-Lei n. 2.416 de 17 de julho, foi regulamentado um modelo de elaboração e execução dos orçamentos e balanços dos Estados e Municípios, sendo estes substituídos pela Lei n. 4.320/64 que vigora até os dias atuais (GIACOMONI, 2009).

A Contabilidade Pública tem seus procedimentos definidos em vários artigos da Lei n. 4.320/64, que estabelece normas gerais para elaboração financeira dos balanços públicos. Também outro fato de relevância, é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal do Estado, que pressupõe uma ação planejada e transparente a fim de evitar desvios capazes de afetarem o equilíbrio das contas públicas (ARAÚJO; ARRUDA, 2009).

Com isso, nota-se que ao longo dos anos busca-se uma harmonia na Contabilidade Pública para melhor facilitar o acesso aos seus usuários e sua finalidade em escriturar fatos patrimoniais, auxiliar no planejamento e o controle, bem como na tomada de decisão pela administração, sendo assim de acordo com a Lei n. 4.320/64 estabelece seus objetivos como:

- a) Evidenciar a situação de todos que arrecadam receitas, efetuam despesas e administrem bens públicos;
- b) Registrar os fatos contábeis ligados à administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial;
- c) Permitir o acompanhamento da execução orçamentária;
- d) Demonstrar a execução orçamentária e financeira, a composição do patrimônio e suas variações;
- e) Possibilitar análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros, e controlar os direitos e obrigações (BRASIL, 1964).

Na continuação desse processo de evolução da Contabilidade Pública e harmonização das demonstrações contábeis, o processo de convergência internacional é um marco importante, onde busca uma padronização e maior qualidade da informação para trazer credibilidade, esse acontecimento no

Brasil é um momento histórico e uma revolução na contabilidade seguindo uma tendência mundial de otimização da contabilidade pública, ao iniciar o processo de convergências aos padrões internacionais (FÉLIX, 2013).

Esse processo de conversão evidencia a contabilidade aplicada ao setor público no intuito de melhoria da qualidade das informações prestadas, sua origem teve início com o CFC no momento da criação do Grupo de Estudos voltado para a normatização da contabilidade para entidades públicas que culminou com a edição das Normas NBC T 16.1 a 16.11 (SLOMSKI, 2013).

Nesse diapasão, Slomski (2013) ressalta, ademais, que esse grupo de estudo foi o responsável pelas convergências das Normas Internacionais da IFAC voltadas ao setor público, no ano de 2007, também houve um grande avanço quando editou a Lei n. 4.320/64, esta edição trata-se das Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, onde houve uma nova redefinição do conceito de receita nas instituições públicas e como as mesmas devem ser reclassificadas, assim como a edição da Portaria n. 184, de 25 de agosto de 2008, pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre diretrizes a serem observadas após a convergência das Normas Internacionais voltadas ao setor público sobre sua divulgação e elaboração das demonstrações contábeis.

Sendo assim, Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, no processo gerador das informações, tendo como objetivo de fornecimento aos usuários de informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, e que auxilia o processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (NBC T 16) (BRASIL, 2009).

3 | CONTABILIDADE DE CUSTO

Infere Martins (2010) que a Contabilidade de Custo surgiu pela necessidade de avaliar estoques na indústria por volta do século XVIII, quando aconteceu a Revolução Industrial que teve como base a contabilidade financeira ou contabilidade geral, sendo desenvolvida na era Mercantilista para servir de auxílio na estruturação das empresas comerciais, para a apuração do resultado de cada período, bastava o levantamento dos estoques em termos físicos, já que sua medida em valores monetários era extremamente simples.

Neves e Viceconti (1998) apresentam que com o advento da Revolução

Industrial e a proliferação das empresas industrial, a contabilidade viu-se em meio a um problema de adaptar procedimentos de apuração de resultado em empresas comerciais, para indústrias que utilizavam matéria-prima para produção e transformava em produtos para venda. Diante disso, a solução encontrada foi adaptar o mesmo esquema das empresas comerciais para as indústrias, com isso esse ramo da contabilidade que fazia esse controle foi denominado de contabilidade de custo.

A contabilidade de custo, nos seus primórdios, sua função principal era a avaliação dos estoques em empresas industriais, conforme Martins (2010), a contabilidade de custo era para resolver o problema de mensuração monetária dos estoques e do resultado, mas não uma ferramenta administrativa. Somente com o crescimento das empresas e o distanciamento entre o administrador e pessoas administradas é que a contabilidade de custo passou a ser encarada com uma ferramenta gerencial.

Martins (2010, p. 54) agrega que na contabilidade de custo há termos específicos que permitem um maior entendimento para os seus usuários:

- a) Custo: é o gasto com a fabricação do produto, e ele só afetará o resultado quando o produto for vendido.
- b) Despesas: são bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receita, e a mesma tem influência direto no resultado.
- c) Gastos: o gasto nada mais é que um sacrifício financeiro que a entidade arca para obter produtos/serviços.
- d) Investimentos: é o gasto na obtenção de um ativo, com o intuito de obter benefícios a curto, médio e longo prazo.
- e) Desembolso: pagamento resultante da aquisição de um bem ou serviço.
- f) Perda: é um gasto não intencional decorrente de fatores externos fortuitos ou de atividade produtiva normal da empresa.

De acordo com o CPC 16, o valor do custo deve incluir todos os custos de aquisição e transformação (CPC, 2009). Também, diz que custo compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, bem como os custos com transportes, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis de produtos acabados, materiais e serviços

Na visão de Wernke (2004 apud Gotardo, 2013) contextualiza custo como sendo os gastos ocorridos no processo de fabricação de bens ou de prestação de serviços. Quando se trata de indústrias, são os fatores utilizados na produção como matérias-primas, salários e encargos sociais dos funcionários da fábrica, depreciação das máquinas, dos móveis e das ferramentas utilizadas no processo

de produção, ou seja, são todos os gastos relativos à aquisição ou produção de mercadoria.

Martins (2010) esclarece que a função do custo é auxiliar o controle nas tomadas de decisões, e o conhecimento dos custos são vitais para saber se preço e o produto são rentáveis ou não rentáveis, e se é possível reduzi-lo. Também o conhecimento do custo é importante para produzir informações em níveis gerenciais na entidade, ao facilitar o planejamento e controle da operação para tomada de decisão.

4 | CUSTO NO SETOR PÚBLICO

A Administração Pública precisa manter um sistema de custo para avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, para Slomski (2013) este tema é relativamente novo, e desperta interesse na área da pesquisa, nos profissionais da contabilidade e em gestores públicos.

Portanto, é relevante compreender o significado de custo dentro de uma entidade para facilitar no gerenciamento dos recursos obtidos, sendo assim, a NBC T 16.11 (CFC, 2012) define custos como registro, processamento e evidenciação dos custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública, sendo que os mesmos devem estar em sintonia com os princípios da contabilidade, onde a dimensão dos serviços e produtos prestados devem ser mensurados com o planejamento público valendo-se das classificações orçamentárias, onde a apropriação do custo é o reconhecimento do gasto de determinado objeto de custo previamente definido.

Diante disso, no setor público os serviços devem ser identificados, medidos e relatados em sistema projetado para gerenciamento de custo do serviço público, pois os mesmos possuem características peculiares por se tratarem de escolas, hospitais, universidades, etc., eles são encarados como obrigações sociais e têm geralmente só o Estado como fornecedor, portanto o custo irrisório diretamente cobrado ao beneficiário tem o orçamento como principal fonte de alocação de recursos (NBC T 16.11) (CFC, 2012).

É relevante ressaltar que na contabilidade de custo há termos específicos somente para essa área, assim seus conceitos, recursos, mensuração e divulgação das demonstrações contábeis aplicam técnicas que decorrem da evolução científica da contabilidade, propiciar um controle social, observar as normas aplicáveis (NBC T 16) (BRASIL, 2009).

Sendo assim, pode-se definir os seguintes termos de acordo a NBC T 16.1-CFC 2008:

a) Patrimônio Público: são os bens adquiridos, mantidos e utilizados pela entidade do setor público, que represente um benefício presente ou futuro.

b) Projetos e ações de fins ideais: são os recursos destinados a resolver problemas e criar promoções sociais.

c) Recurso Público: são as entradas financeiras geridas pelas entidades do setor público.

d) Setor Público: onde funcionam as entidades do setor público.

Além disso, pode-se verificar que o campo de atuação da contabilidade de custo no setor público abrange todas as entidades públicas e o campo de aplicação deve observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo:

a) Integralmente são as entidades ligadas diretamente ao setor público;

b) Parcialmente são as parceiras das entidades do setor público, que garantem os procedimentos da prestação de contas e instrumentalização do controle social (NBC T 16.1) (BRASIL, 2008).

Portanto, a NBC T 16.1, T 16.3, e T 16.11 e sua Resolução 1.268/09 adaptaram a contabilidade de custo tradicional com todas as regras contábeis que seriam aplicadas na societária ou gerencial, na área pública com os métodos de custeios, definições de termos específicos para essa classe, e verifica assim, uma preocupação com o setor, para que o mesmo aja com clareza nas suas demonstrações contábeis e traga transparência e credibilidade ao setor público.

5 | MATERIAL E MÉTODOS

A coleta de dados desta pesquisa é indireta, pois o material para análise está disponível nos anais do Congresso Brasileiro de Custo que abordaram sobre o tema custo no setor público, publicados no período de 2011 a 2015. A seleção dos artigos foi realizada via internet através do *site* <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/>> nos períodos correspondentes fevereiro e março de 2016, onde procurou classificar os artigos baseado nas variáveis estabelecidas nesta pesquisa.

A população deste trabalho são os artigos publicados no Congresso Brasileiro de Custo nos períodos correspondente aos anos de 2011 a 2015 na temática de custo no setor público que totalizam 143 artigos, sendo que os mesmos corresponderão à amostra. Explicita Gil (2010), população é o elemento que possui características comuns e amostra é parte dessa população com as mesmas características. A seleção da amostra é intencional e não probabilística.

As variáveis e métodos adotados para o desenvolvimento da pesquisa fora: autores e coautores nos artigos publicados onde foi verificada a quantidade de

autores dos artigos científicos publicados no CBC na temática custo no setor público; quais áreas públicas foram estudadas verificou-se em qual área foi o objeto de estudo dos artigos: educação básica, educação superior, hospitais, prefeitura, categoria outros, teoria diversas sobre custo e a temática de custo no setor público, estipulando no mínimo duas citações; *sites* foi quantificados por quantidade de citações, os que tiveram abaixo de três, exclui-se dos resultados e periódicos foram quantificados pelo número de citações, excluindo o resultado menor que dois.

Para o tratamento dos dados efetuou-se da seguinte forma: verificou os artigos separadamente nos cinco anos, realizou-se a tabulação dos dados definidos nas variáveis que foram sites, coautores e autores, áreas públicas e periódicos, lançaram-se os resultados em planilha eletrônica individualmente em cada período a ser analisados, após tabulou-se os resultados e criou-se uma nova planilha com os dados gerais para poder fazer a análise e discussão dos dados.

6 | RESULTADO E DISCUSSÃO

Aborda-se os resultados da pesquisa bibliométrica nos artigos publicados no Congresso Brasileiro de Custos na temática custo no setor público, entre os anos de 2011 a 2015, na metodologia fora delimitado algumas variáveis a serem estudadas, tais como: autores, livros, sites e periódicos mais referenciados

O gráfico 1 demonstram quais foram os autores mais utilizados no referencial teórico dos artigos publicados no CBC nos cinco anos analisados.



GRÁFICO 1 – Autores mais referenciados no CBC 2011 à 2015.

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2016)

Nesse tópico aborda os autores mais referenciados na amostra de 143 artigos analisados, sendo da literatura nacional e internacional, no referencial bibliográfico

das publicações no CBC nos anos de 2011 a 2015. Nota-se que dentre os diversos autores utilizados no referencial destaca-se Gil, Antônio com quarenta e cinco (45 referências), Slomski, Valmor com quarenta e três (43 referências), Martins, Eliseu trinta e cinco (35 referências), Silva, Lino Martins e Maus, Cesar V.; Souza Marco A. ambos com vinte e cinco (25 referências), e Beuren, Ilse Maria vinte e três (23 referências).

Destaca-se também que assim como o autor mais referenciado foi Gil, o livro mais citado nos artigos publicados no congresso nessa temática foi como elaborar projetos de pesquisa de 2003 do autor Gil, seguido por Contabilidade de Custo de 2006 Eliseu Martins, Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo de 2004.

No que diz respeito as áreas públicas, a tabela um (1) apresenta quais são os órgãos públicos em que os autores publicam os artigos que compõem os anais do CBC, são elas: educação superior, educação básica, saúde, teoria diversas sobre custo, temática de custo voltado à entidades públicas e outros assuntos relacionados ao tema.

| Áreas públicas | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | TOTAL | PERCENTUAL |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------------|
| Educação Superior | 4 | 4 | 5 | 4 | 8 | 25 | 17,48% |
| Educação Básica | 5 | 2 | 6 | 4 | 6 | 23 | 16,08% |
| Saúde | 1 | 4 | 0 | 3 | 8 | 16 | 11,19% |
| Teoria diversa sobre custo | 4 | 4 | 7 | 5 | 5 | 25 | 17,48% |
| Temática Custo no setor Público | 13 | 7 | 2 | 6 | 4 | 32 | 22,38% |
| Outros | 4 | 10 | 4 | 4 | 0 | 22 | 15,38% |
| | | | | | | 143 | 100,00% |

Tabela 1 – Áreas Pública CBC 2011 à 2015.

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2016)

Observa-se que a área de maior destaque foi a temática de custo no setor público com trinta e dois (32) artigos publicados.

O gráfico 2 exhibe os sites mais utilizados como fonte de pesquisa para a construção do referencial teórico dos artigos publicados no período de 2011 a 2015.

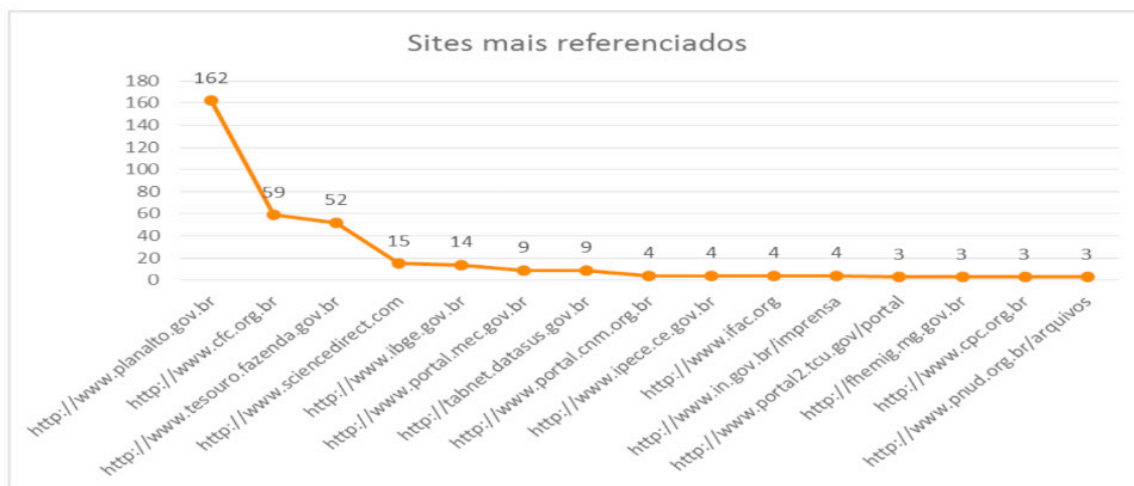


GRÁFICO 2– Sites mais referenciados no CBC 2011 à 2015.

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2016)

O site [planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) foi a página mais acessada, sendo que em todos os anos analisados obteve mais de quinze (15) referências em cada ano, atingindo um total de cento e sessenta e duas (162) citações com um percentual de 46,55% do total analisado. Seguido pelo site [cfc.org.br](http://www.cfc.org.br) com cinquenta e nove (59) referências com um percentual de 16,95% e por último site do [tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br) com cinquenta e duas (52) citações atingindo um percentual de 14,94%, esses foram os três mais conectados para a busca de embasamento teórico para agregar valor aos artigos apresentados no congresso.

Em relação as revistas mais citadas nos artigos sobre a temática custo no setor público, publicada no CBC nos anos analisados, foram estipulados utilizando uma variável igual ou superior a duas citações para compor a amostra.

O levantamento dos dados apontou que foram citadas cento e setenta e três (173) revistas abordando diversos temas, mas todos ligados à área pública ou a contabilidade. Observa-se que dentre as revistas mais utilizada foi a de Administração Pública com setenta e oito (78) citações, verificando que nos cinco anos analisados a mesma obteve mais de três (3) referencias em cada ano nos artigos, destacando o ano de 2015 onde teve vinte e sete (27) alusões e pôde notar que ao longo dos anos o interesse dos autores em utilizar essa fonte de pesquisa se torna crescente.

7 | CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar um estudo bibliométrico nos artigos publicados no CBC na área de custo aplicados ao setor público nos anos de 2011 à 2015. A escolha do estudo bibliométrico, permitiu tornar possível alcançar os objetivos gerais da presente pesquisa e estabelecer variáveis e parâmetros para coleta de dados dos artigos, assim pode concluir que: a área pública mais

referenciada foi a temática de custo voltado as entidade públicas com trinta e dois (32) artigos; os site mais acessado foi planalto.gov.br com cento e sessenta e duas (162) citações, e a revista mais citada foi Administração Pública com setenta e oito (78) referências, o autor mais referenciado foi Gil, assim, como o livro como elaborar projetos de pesquisa do mesmo autor.

Portanto concluiu-se esta pesquisa diagnosticando que o autor mais mencionado é um de metodologia científica Gil, o site com mais acesso nos cinco (05) anos analisados e no resultado por área foi planalto.gov.br, assim como a revista mais utilizada em todos os anos e no resultado por área foi revista de administração pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G. **Contabilidade pública**: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 4.320/64, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 mar. 1964. Não paginado. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l420.htm>. Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008. Não paginado. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc1128_2008.htm>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BRASIL. Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.268, de 10 de dezembro de 2009. Altera, inclui e exclui a NBC's T 16.1; T 16.2 e T 16.6 - que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao setor público e da outras providências. Brasília, 10 dez. 2009. Não paginado. Disponível em: <http://http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/download/RES_1268.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 05 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. *Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público - NBC's T 16 a 16.11*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. Não paginado. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

COSTA, Carlos Eduardo de Mira; COSTA Júnior, Antônio Gil da. A lei de responsabilidade fiscal como instrumento gerencial para a Administração pública. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 121, fev. 2014. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14483&revista_caderno=4>. Acesso em 15 jul 2016.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico CPC 16(R1)*, Estoques. 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://www.finom.edu.br/cursos/arquivos/201155102621.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

FÉLIX, L. P. *Evolução de Contabilidade Pública no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso 2013. 30f. (Bacharel em Ciências Contábeis) - Centro Universitário de Brasília –UNICEUB, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Curso de Ciências Contábeis. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5001/1/21005066.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 14.ed. São Paulo: Atlas 2009.

GOTARDO, A. C. *Contabilidade de custo: uma ferramenta para gestão empresarial*. Não paginado. 2003. Disponível em: <http://http://novavenecia.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/universo_acd_13.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, E. *Contabilidade de custos*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, S; VICECONTI, P. E. V. *Contabilidade de custo: um enfoque direto e objetivo*. 5. ed. São Paulo: Frase Editora, 1998.

SLOMSKI, V. *Manual de Contabilidade Pública*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VOESE, S. B.; MELLO, R. G. Análise bibliométrica sobre gestão de custo no congresso brasileiro de custos: aplicação Lei de Lotka. *Capital Científico*, v.11, p.1-19, Jan. /jun. 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0